

**ATA DA I AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM O TEMA “A PROTEÇÃO E A DESPROTEÇÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2015.**

1 No dia vinte e oito do mês de maio de dois mil e quinze, na cidade Londrina/PR, no Auditório da  
2 Igreja Nova Aliança, localizada na rua Rio Grande do Norte, 725, esquina com rua Cuiabá, às 17h,  
3 teve início a I Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social convocada através do  
4 Edital de Convocação Nº 03/2015. A referida Audiência Pública tem como **objetivos:** Cumprir o  
5 dispositivo da Resolução nº 14/2014 do CNAS que estabelece como atribuição do Conselho Municipal  
6 de Assistência Social a realização de audiência pública com as entidades e organizações de  
7 assistência social inscrita, bem como as que ofertam programas, serviços e benefícios de assistência  
8 social; Debater questões relacionadas à política de assistência social no tocante a atenção realizada  
9 no Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a desproteção a ser enfrentadas; Dar publicidade a  
10 oferta de serviços oferecidos pelo SUAS no município de Londrina; Apresentar as entidades à  
11 comunidade e promover maior integração entre os serviços ofertados pela rede socioassistencial  
12 para o fortalecimento do SUAS. A **programação** foi desenvolvida da seguinte forma: **1 -**  
13 **Credenciamento dos participantes;** **2 - Abertura Oficial** que contou com a presença de Márcia  
14 Gonçalves Valim Paiva - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social; Tércia Lamônica de  
15 Azevedo Oliveira - Secretária Municipal de Assistência Social, que cumprimentaram a todos e todas,  
16 ressaltando o caráter da proteção social na assistência social e da trajetória desta política em  
17 Londrina, demarcada pela forte presença das entidades não governamentais. Após a mesa de  
18 abertura deu-se início a **3 - Apresentação da rede socioassistencial:** Os serviços governamentais  
19 foram apresentados pela Secretária de Assistência Social Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira, que  
20 ressaltou a responsabilidade do Estado no fortalecimento da rede socioassistencial na composição de  
21 uma unidade que integra as ações governamentais e não governamentais e da mesma forma, todos  
22 aqueles que atuam nessa rede são trabalhadores do SUAS. A apresentação contextualizou  
23 inicialmente que o SUAS tem como função o desenvolvimento da Proteção Social, a Vigilância  
24 Socioassistencial e a Defesa de direitos. Estruturado em Proteção Social básica e especial. O  
25 município tem uma rede socioassistencial composta por serviços governamentais e não  
26 governamentais. Na proteção social básica conta-se com uma rede governamental tendo 10  
27 unidades de CRAS para o desenvolvimento do PAIF; 3 unidades de CREAS para o desenvolvimento do  
28 PAEFI, um Centro POP para o Serviço especializado de atendimento à população em situação de rua;  
29 Serviço especializado de abordagem de rua com 3 equipes e Acolhimento familiar. Além dos  
30 benefícios desenvolvidos. Enfatiza que ofertas da política de assistência social são continuadas,  
31 descentralizadas e destinadas a quem delas necessitar. E tem como orçamento da Política de  
32 Assistência Social em 2015 é de R\$ 40.239.000,00. Os serviços não governamentais foram  
33 apresentados por Edvaldo Paulino, quanto aos SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE  
34 VÍNCULOS, na modalidade I e II por 17 (Dezessete) entidades que executam este serviço, tendo como  
35 público crianças e adolescentes de 06 a 17 anos. O valor total de recursos no âmbito municipal em  
36 2014 foi de R\$ 3.354.632,04 e em 2015 é de R\$ 3.684.993,60; no âmbito federal em 2014 foi de R\$  
37 763.650,00 e em 2015 é de R\$ 610.968,60. Não conta com recurso estadual no co-financiamento  
38 desse serviço. Foram indicados como desafios: Ampliação da oferta e implantação de novas  
39 unidades; Ampliação e garantia do financiamento integral, inclusive pela esfera Estadual; Garantia de

40 financiamento público para construção/reformas de entidades. Os serviços de APRENDIZAGEM  
41 PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES, foram apresentados por Cláudio Mello. Conta com 3 (três)  
42 entidades que executam este serviço: EPESMEL, Guarda Mirim e Núcleo Espírita Irmã Scheilla. Tem  
43 como público adolescentes e jovens de 14 a 18 anos, em situação de desproteção social ou risco  
44 pessoal de todos os territórios de Londrina e distritos rurais. O financiamento advém da Secretaria  
45 Municipal de Trabalho Emprego e Renda, sendo que a EPESMEL recebe o valor de R\$ 402.810,71; a  
46 Guarda Mirim o valor de R\$ 122.214,60; e a entidade Irmã Scheilla o valor R\$ 91.253,76. Não há co-  
47 financiamento do governo estadual e federal. Foram apresentados como desafios: Ampliação do  
48 financiamento (per capita e metas); Ampliação das possibilidades de encaminhamento de  
49 adolescentes aprendizes; Ampliação da oferta do ensino médio no período vespertino. A rede de  
50 EDUCAÇÃO SOCIO-PROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA foi apresentada por  
51 Poliana Cristina Oliveira. É desenvolvido por 2 (duas) entidades na Modalidade I e 01 (uma) entidade  
52 na Modalidade II: Fortalecimento de iniciativas locais no campo da geração de trabalho e renda. Tem  
53 como público: homens e mulheres com idade a partir de 16 anos; Famílias dos Programas de  
54 Transferência de Renda; Famílias inseridas no Cadastro Único; Famílias dos Serviços  
55 socioassistenciais, encaminhados pela rede de serviços; Famílias em situação de empobrecimento  
56 (que possuem membros que foram acometidos pelo desemprego); Famílias em situação de  
57 desproteção social. O financiamento municipal pelo Fundo de assistência social corresponde ao valor  
58 de R\$ 62.858,00/mensal e não conta com co-financiamento estadual e nem federal. Apresenta como  
59 desafios: Ampliação e flexibilização na aplicação dos recursos; Ampliação da oferta e  
60 descentralização (Urbana e Rural); Aprimoramento do acompanhamento dos usuários com a  
61 melhoria da articulação das ações com a rede socioassistencial e intersetorial. A rede de SERVIÇOS  
62 DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOA IDOSA foi  
63 apresentada por Rita de Cássia Lopes. Conta com 01 (uma) entidade desenvolvendo esse serviço,  
64 Irmãs da Pequena Missão para Surdos, que tem como público pessoas com deficiência e idosas e  
65 meta de atendimento de 100 (cem) pessoas. O valor financiado pelo Fundo Municipal de Assistência  
66 Social é de R\$ 105.576,00. Não conta com co-financiamento estadual e nem federal. Tem como  
67 desafios: Melhoria da atuação em rede para atendimento às pessoas com deficiência e também da  
68 formação de técnicos com fluência em LIBRAS; Sensibilização das pessoas com deficiência para  
69 ampliação da participação nos conselhos de direitos; Ampliação do financiamento para a qualificação  
70 e aprimoramento do serviço. A rede de SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E  
71 ADOLESCENTE, foi apresentada por Lídia Loback, conta com entidades 04 (quatro) entidades  
72 desenvolvendo o serviço em 13 (treze) unidades de serviços. Tem como público Crianças e  
73 adolescentes afastados do convívio familiar por motivos de violência que impedem a continuidade  
74 no âmbito familiar, na faixa etária: 0 a 18 anos (incompletos). O financiamento pelo Fundo Municipal  
75 de Assistência Social foi de R\$ 2.494.986,00 em 2014 e em 2015 de R\$ 2.494.986,00. O co-  
76 financiamento federal em 2014 R\$ R\$ 737.732,58 e em 2015 de R\$ 929.699,16. Apresenta como  
77 desafios: A necessidade de co-financiamento pelo Estado; Aprofundar a discussão sobre a situação  
78 das pessoas ameaçadas de morte com a presença de representante do governo de Estado; aproximar  
79 o diálogo com o setor de Vigilância Sanitária sobre a natureza do serviço. A rede de SERVIÇOS DE  
80 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS ADULTAS foi apresentada por Elaine Cristina Oliveira.  
81 Tem 04 (quatro) entidades desenvolvendo o serviço em 06 (seis) unidades. O público são pessoas em  
82 situação de rua acima de 18 anos. O valor financiado pelo Fundo Municipal de Assistência Social no

83 ano de 2014 foi de R\$ 1.729.041,36 e no ano de 2015 é de R\$ 1.835.041,32. No âmbito federal em  
84 2014 foi de R\$ 770.756,34 e em 2015 é de R\$ 630.604,96. Tem como desafios: Ampliação de recursos  
85 e garantia de financiamento ao nível Estadual; Definição dos Perfis de Atendimento; Fortalecer a  
86 rede das outras Políticas Públicas para o atendimento intersetorial à pessoa em situação de rua. A  
87 rede de SERVIÇOS DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA IDOSA foi apresentada por João Luiz  
88 Simonetti. Desenvolvido por 03 (três) entidades. Tem como público: pessoa idosa, acima de 60 anos,  
89 especialmente aquele em situação de risco e vulnerabilidade social. O financiamento está vinculado  
90 ao Fundo Municipal do Idoso com valor de R\$ R\$263.425,80/mês e o co-financiamento federal é de  
91 R\$169.946,40. Não conta com co-financiamento estadual. Tem como desafios: Garantir os direitos da  
92 pessoa idosa de forma integral; Promover a participação das famílias dos idosos nas atividades  
93 organizadas pelas ILPI's. A rede de SERVIÇOS DE CASAS DE APOIO foi apresentada por Adilson José  
94 Marques, se configura como Acolhimento Institucional Provisório para Pessoas e seus  
95 Acompanhantes. Tem 3 (três) entidades desenvolvendo esse serviço, que tem como público:  
96 crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas. Não possui financiamento em nenhuma esfera de  
97 governo. Apresenta como desafios: Viabilizar co-financiamento nas três esferas de governo. A rede  
98 de Instituições de ASSESSORAMENTO E DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS NO ÂMBITO DA  
99 ASSISTÊNCIA SOCIAL, foi apresentada por Poliana Oliveira. Existem atualmente no município 09  
100 (nove) Entidades que atuam nessa modalidade. Tem como público: pessoa com deficiência  
101 intelectual e múltiplas e síndrome de down, grupos sociais frente às DST/HIV/HEPATITES VIRAIS  
102 /HPV, Movimentos Sociais, Organizações Locais, Órgãos de Defesa de Direitos e Lideranças. Esta  
103 modalidade não possui financiamento da política de assistência social em nenhuma esfera de  
104 governo. Apresenta como desafios: Dificuldades para encaminhamentos determinadas  
105 especialidades para pessoas com deficiência e idoso e deficiências múltiplas no campo da saúde.  
106 Combater a epidemia de DST/HIV/hepatites virais /HPV com a promoção da sexualidade responsável  
107 e a saúde sexual e reprodutiva, acesso a informação e insumos de prevenção. Viabilizar co-  
108 financiamento. **4 - Composição de Mesa: A Proteção e a Desproteção na Política de Assistência**  
109 **Social** com Dr. Paulo Cesar Vieira Tavares - - promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do  
110 Paraná; Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira – Secretária Municipal de Assistência Social; Márcia  
111 Gonçalves Valim Paiva - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social. A reflexão teve início  
112 com a Secretária Tércia sobre proteção ou desproteção na política de assistência social no município  
113 de Londrina, colocada como um grande desafio de viabilizar condições necessárias para a efetivação  
114 do SUAS. Destacou que a proteção na assistência social se concretiza pela existência da rede de  
115 serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais adequados, colocados à disposição da  
116 população, em número e qualidade suficiente às suas demandas. Comenta sobre a trajetória da  
117 política de assistência social no município construída na luta conjunta da Secretaria de Assistência  
118 Social e do Conselho de Assistência Social do município. Destaca como avanços: •O estabelecimento  
119 do financiamento dos serviços governamentais e o co-financiamento dos serviços não  
120 governamentais pela via do Fundo Municipal, conforme deliberação dos CMAS; A profissionalização  
121 da rede de serviços governamentais e não governamentais; (a contratação de corpo profissional  
122 técnico); A implantação de novos serviços respondendo a diferentes demandas socioassistenciais; A  
123 ampliação da capacidade de atendimento da rede de serviços; A implantação de benefícios eventuais  
124 e continuados; A implantação do Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação; Aprovação da  
125 Política Municipal de Assistência Social Lei 11.088/2010, elaborada a partir da Resolução CMAS; O

126 desencadeamento do processo de adequação dos serviços CRAS e CREAS às legislações vigentes. E  
127 ainda identifica como prioridade: A continuidade do processo de reordenamento adequação dos  
128 CRAS e CREAS às legislações vigentes; Reordenamentos institucionais que possibilitem a qualificação  
129 sistemática dos serviços às demandas do público usuário; A implantação de serviços atualmente não  
130 existentes para atendimento de demandas até então reprimidas; A ampliação da capacidade de  
131 atendimento da rede de serviços; A implantação da vigilância socioassistencial como forma de  
132 mensuração sistemática das situações de vulnerabilidade e riscos. A presidente do CMAS, Márcia  
133 Valim, iniciou sua fala agradecendo a Comissão Organizadora da Audiência, a Igreja Nova Aliança  
134 pela cessão do espaço e equipamentos, os estagiários, a secretaria executiva do CMAS. Propôs uma  
135 reflexão sobre o tema a partir da compreensão da Assistência Social como política de Estado.  
136 Considera que a Política não tem sido prioridade no município, no Estado e no âmbito federal,  
137 sobretudo na questão orçamentária e de financiamento da rede de serviços. Falar da Assistência  
138 Social é falar do lugar da proteção social. Interroga: Que política queremos? Constata que é fato o  
139 avanço da legislação da política de assistência social, mas é preciso avaliar a situação dos  
140 trabalhadores, dos usuários, das estruturas e das ações desenvolvidas. Indica como grandes desafios  
141 o Orçamento e a participação, com destaque para a participação dos usuários nos Conselhos para o  
142 efetivo Controle Social. Conclui sua fala convidando a todos a participarem das pré conferências e da  
143 XI Conferência de Assistência Social no mês de junho. O Promotor de Justiça Paulo Tavares iniciou  
144 sua fala parabenizando o Conselho pela iniciativa da audiência pública e considera que a  
145 apresentação realizada pela rede socioassistencial pode ser entendida como uma prestação de  
146 contas da política no município. Resgatou o marco constitucional de 88 com eixo central na garantia  
147 da dignidade da pessoa humana, na luta para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e  
148 na erradicação da pobreza, promovendo o bem de todos, como prerrogativas fundamentais que  
149 balizam a Política de Assistência Social. A constituição ao definir o modelo de Seguridade Social,  
150 implica na realização de ações tendo como diretrizes a descentralização política administrativa e a  
151 participação da população. Fez referência as funções da política, a proteção social, a vigilância social  
152 e a defesa social e institucional. Por fim, ressaltou como desafios para o município no âmbito da  
153 proteção social especial, a insuficiência de vagas nos serviços, as restrições de atendimento destes e  
154 a insuficiência sobretudo nas áreas de pessoas em situação de rua, idosos e pessoa com deficiência. E  
155 ainda apontou a intolerância como uma forte desproteção a ser enfrentada pela rede intersetorial.  
156 Em seguida teve início a fala da professora Dra. Abigail Silvestre Torres desenvolvendo temática – **A**  
157 **Proteção e a Desproteção na Política de Assistência Social** que afirmou que a proteção social se  
158 expressa na entrega dos direitos sociais a partir da garantia de seguranças de acolhimento,  
159 convivência e sobrevivência. No Brasil, a proteção social deve ser ofertada por um conjunto  
160 integrado de ações de iniciativas do governo e da sociedade pela rede socioassistencial. A proteção  
161 no SUAS acontece pela certeza de atenção e referência; é proativa; na estrutura da proteção social  
162 básica e especial; e pela integração de serviços e benefícios. No SUAS a proteção deve ser continua  
163 onde o trabalho social desenvolvido deve ser interdisciplinar, articulado, coletivo, profissional (ao ser  
164 planejado, embasado teoricamente), orientado ética e politicamente na direção do sujeito, tendo  
165 como matriz a família e o território. O SUAS valoriza a dimensão relacional da proteção para o  
166 estabelecimento de convivências protetivas que respeitem e valorizem as diferenças; no  
167 estabelecimento de relações horizontais de trocas e de construção coletiva; assentado no diálogo  
168 para produzir entendimentos e no reconhecimento que a produção coletiva de desigualdades e

169 subordinação. **5 – Debate:** O debate se desenvolveu em torno de questões como garantia de direitos  
170 de segmentos específicos como ameaçados de morte e Comunidade LGBT. A professora destacou  
171 que a oferta da assistência social se faz sob duas grandes matrizes: a centralidade na família e o  
172 território. Com esse entendimento as ações desenvolvidas no atendimento da diversidade do público  
173 com diferentes vivências, devem se pautar nas matrizes e não na estruturação de serviços por  
174 segmentos específicos. Outro foco foi a questão da intersetorialidade como desafio para todas as  
175 políticas como campo de cooperação e de responsabilidade compartilhada. Outra questão  
176 apresentada foi sobre a ação desenvolvida por equipe interdisciplinar. A professora argumenta que a  
177 interdisciplinaridade é uma condição para viabilização da política de assistência social. A expressão  
178 de desproteção requer intervenção das diferentes áreas do conhecimento para a construção de um  
179 conhecimento próprio da política pública de assistência social. Em relação a questão do  
180 financiamento público, Abigail entende que deve-se reconhecer o processo de gradualidade quanto a  
181 cobertura de proteção. Afirma que a oferta já realizada deve ser integral, pautada nos princípios da  
182 política para que não ocorra prejuízo ao usuário beneficiário. Complementa indicando que a falta da  
183 cobertura não pode ser justificativa para não efetuar o atendimento prestado com qualidade para  
184 quem chega para a política e tenha o seu direito respeitado como cidadão. A professora finaliza sua  
185 colocação fazendo referência ao autor Feinberg que aborda sobre a proteção e respeito aos direitos  
186 das pessoas, como o direito de fazer escolhas, de liberdade. O direito das pessoas não está projetado  
187 naquilo que nós desejamos, mas o que ficou garantido a elas. A presidente do Conselho Municipal da  
188 Assistência Social propõe que dado o adiantado da hora e a necessidade de liberação do local do  
189 evento a ata será disponibilizada para conhecimento dos presentes na reunião do Conselho. 6.  
190 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar a audiência foi encerrada e ata lavrada por Edsonia  
191 Jadma Marcelino de Souza, Sandra Cristina Bianconi da Silva e Sandra Regina Nishimura.